



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE PRINCESA ISABEL/PB

Processo: 08000780920208150311

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE LAZARO FERREIRA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

DA TOTAL AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A LESÃO NO PÉ DIREITO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

EM ANÁLISE AO BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO APRESENTADO AOS AUTOS, NÃO CONSTA LESÃO NO PÉ DIREITO DECORRENTE DO ACIDENTE MENCIONADO, SENDO CONSTATADA SOMENTE LESÃO NO JOELHO DIREITO DA PARTE AUTORA.

Cod. Prof: 84	Profissional: JOSE BATISTA DA SILVA	Senha: Senha
Pront. - Paciente: 30434 - JOSE LAZARO FERREIRA DOS SANTOS	Idade Pac.: 26 Anos, 2 Meses e 20 Dias.	Pront. Local: RG: 3900589
Data Nasc.: 27/09/1992	Endereço: SÍTIO - SANTA ROSA	Bairro: ZONA RURAL
Nome da Mãe: ELIETE NOGUEIRA DOS SANTOS	Município: SÃO JOSÉ DE PRINCESA	Cartão SUS: 702100710890094
Data e Hora da Recepção: 17/12/2018 18:41	Nº da Ficha: 94409	Nº do Atendimento: 1º Atendimento
Hipertensão: () Sim (X) Não	Diabetes: () Sim (X) Não	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: (X) VERDE
DADOS GERAIS DA CONSULTA MÉDICA		
DADOS DA PRÉ CONSULTA Tipo de Clínica: CLÍNICA MÉDICA Data: 17/12/2018 18:4		
Profissional da Pré-Consulta: 100 - ROSINES MEDEIROS FREITAS CORENS70840		
P.A.: ____X____ mmHg	Peso: ____Kg	Temperatura: ____°C
Estatura: ____cm	Per. Cefálico: ____	Per. Torácico: ____
Glicemia: ____mg		
Informações da Pré-Consulta:		
PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU DE MANEIRA COM CORTES CONTUSOS E DOR EM JOELHO DIREITO APÓS QUEDA C		
MOTO.		
Medicamentos em Uso:		
FEITO DIPIRONA NO SAMU.		

Assim, em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão existente na mandíbula tenha decorrido do acidente de trânsito**¹.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo¹.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente no pé direito, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a referida lesão e o acidente automotor. Perceba que o boletim de primeiro atendimento aponta no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de lesão no PÉ DIREITO à época do acidente, bem como eventual agravamento da lesão no JOELHO DIREITO, capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso não seja este o entendimento do Douto Magistrado, requer a intimação do ilustre perito para esclarecer a razão pela qual apura lesão no PÉ DIREITO, SE NÃO CONSTA NA DOCUMENTAÇÃO DE PRIMEIRO ATENDIMENTO COMPROVAÇÃO QUE TAL LESÃO DECORREU DO ALEGADO ACIDENTE.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PRINCESA ISABEL, 10 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB